

RECEITA ECONÔMICA PARA UMA ECONOMIA SUBDESENVOLVIDA: A TEORIA DO FMI E O PENSAMENTO ECONÔMICO DE CELSO FURTADO

Carlos Eduardo de Quadro, Prof.^a MSc. Maria José Acedo Del Olmo

Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica – IP&D – Univap Av. Shishima Hifumi, nº 2911, Urbanova - CEP 12244-000 – São José dos Campos – SP. Carloseduardoq@hotmail.com, mj.acedo@yahoo.com.br.

Resumo - O desenvolvimento de um país e seu crescimento econômico devem ser preocupações constantes para um país como o Brasil, que busca a melhoria da qualidade de sua população e uma posição protagonista na geopolítica internacional. Este trabalho procura entender e depois confrontar as visões econômicas de Celso Furtado e do FMI, procurando perceber qual delas seria a receita ideal para curar o “mal do subdesenvolvimento”. Após a constatação de que o desenvolvimentismo furtadiano é de fato a melhor receita frente ao Fundo, será apresentada uma exemplificação da influência do FMI a partir do Brasil da década de 1990, e uma breve constatação de sua instrumentalização por parte dos EUA e dos países ricos e do fracasso da “terapia fundomonetarista”.

Palavras-chave: Desenvolvimento – Subdesenvolvimento – Celso Furtado - FMI

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Ser um país desenvolvido dentro de uma ótica capitalista significa associar o desenvolvimento econômico ao social, de maneira que diminua as diferenças entre a minoria rica e a maioria pobre, o que acaba por refletir na melhoria da qualidade de vida da população brasileira como um todo. Este artigo busca revisar possibilidades de alavancar este desenvolvimento a partir de teorias econômicas. Para tanto, foram escolhidos: o Fundo Monetário Internacional por sua importância enquanto instituição supranacional reconhecida internacionalmente e por suas intervenções nas políticas econômicas dos países que se submetem ao seu auxílio, geralmente economias subdesenvolvidas; e Celso Furtado que dedicou sua vida a buscar soluções para superar o subdesenvolvimento econômico, principalmente no Brasil. Além disso, foi adotado o termo “subdesenvolvido” no título do artigo em acordo com a proposta de Celso Furtado e da CEPAL¹ de dividir a economia dos países conforme sua capacidade produtiva em desenvolvida (os países ricos industrializados com capacidade produtiva variada e que normalmente estão na vanguarda da tecnologia) e subdesenvolvida (países em

processo de desenvolvimento de seu parque industrial, mas dependentes das tecnologias dos países ricos).

Os objetivos deste trabalho são: conhecer e compreender as teorias econômicas de Celso Furtado e do FMI em economias subdesenvolvidas, confrontar estes dois pensamentos econômicos e apontar o mais interessante para aplicação num país subdesenvolvido de forma a melhorar a sua economia.

Metodologia

Na primeira parte deste artigo serão trabalhadas algumas fontes primárias de Celso Furtado, de maneira especial suas três principais obras teóricas segundo Szmrecsanyi (Szmrecsanyi, 2001): Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961), Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico (1979) e a Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar (1980). Estas serão reforçadas com alguns de seus artigos mais atuais e contribuições de autores que fizeram trabalhos sobre sua teoria, de forma a apresentar seu pensamento econômico.

Na segunda parte, será exibida a teoria do FMI e sua aplicação. Para tanto serão utilizadas fontes secundárias com alguns dos principais autores que trabalharam esta temática (traduzidos para o português) e que são mais utilizados nos cursos sobre economia internacional. De maneira especial, trabalharemos com a obra FMI e Banco

¹ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, fundada em 1948 pelas Nações Unidas e está sediada em Santiago, no Chile. É uma comissão econômica regional da ONU que tem por objetivo monitorar e assessorar as economias da região.

Mundial - estratégias e políticas do poder financeiro de Lichtensztein e Baer como referência, por esta tratar da teoria do Fundo com mais profundidade. As fontes primárias são difíceis de se trabalhar por necessitarem de tradução. Assim, será utilizado apenas um breve histórico traduzido do site do Fundo.

Na terceira parte, os dois pensamentos econômicos serão confrontados através de suas teorias já que somente o FMI tem sua teoria posta em prática. Após o confronto, serão feitas algumas considerações pertinentes ao resultado das políticas de estabilização do Fundo.

Discussão

Na primeira parte deste artigo será apresentado o cerne do pensamento de Celso Furtado a partir das três principais obras teóricas de Furtado citadas na metodologia, segundo Szmrecsanyi (2001).

Nas ciências econômicas, são dois os métodos mais utilizados: o abstrato (fórmulas e modelos prontos) e o histórico (estudo aprofundado do processo histórico da formação econômica e social). A análise econômica desenvolvimentista cepalina de Furtado privilegia o uso do método histórico e a análise das diferentes estruturas das economias (BRESSER-PEREIRA, 2001:11), porém, em menor proporção, utiliza também algumas fórmulas prontas.

O cerne da teoria econômica furtadiana é o ciclo do processo macroeconômico de desenvolvimento, que dinamiza a economia, desenvolvendo-a. De maneira simplificada, a lógica desenvolvimentista de Furtado tem início com um aumento na produção que possibilita criar um nível de acumulação de capital necessário para a inversão de parte deste acúmulo no próprio sistema de produção. A inversão eleva a produtividade, que por sua vez melhora a renda real social (quantidade de bens e serviços a disposição da população) e as remunerações (renda real). Com maior poder de compra, os consumidores modificam suas opções de procura (compram mais e de maneira diversificada). A modificação da procura exige uma oferta maior e diversificada, que se acontecerá através de nova inversão de parte do capital acumulado na produção, reiniciando o “círculo virtuoso” do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2001:19). Dentro deste esquema macroeconômico, existem outros fatores de ordem estrutural (infra-estrutura, transportes, nível de produção, etc), além de fenômenos não-econômicos (tensões sociais, estrutura de poder, etc) que influenciam uma economia a ser estudada. Importante enfatizar que

os elementos citados no esquema acima nem sempre funcionarão da maneira previamente estabelecida, pois elas podem reagir de maneiras diferentes conforme as peculiaridades do processo histórico da economia estudada.

Ao tratar, nesta segunda parte, do FMI é preciso levar em conta sua forma de funcionamento. Baseado no sistema de quotas, em que cada Estado-membro tem a sua parte na divisão dos direitos e deveres conforme seu potencial econômico (FMI.Quotas, 2011). Isto quer dizer que, se um dado Estado tem uma grande quota, ao mesmo tempo em que deverá contribuir mais com o Fundo, terá também grande poder de voto nas decisões da instituição. Ao analisar as quotas e poder de votos do Fundo, Lichtensztein e Baer percebem que grande parte do poder de decisão se encontra nas mãos dos países ricos, sendo os EUA o único com quantidade suficiente para vetar qualquer decisão (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987:62-65). Esta é uma situação que, embora esteja em processo lento de mudança, continua sendo a realidade.

No que diz respeito ao marco teórico da instituição, embora esta não assume oficialmente nenhuma teoria², Lichtensztein e Baer a deduzem a partir do Acordo que a constituiu, dos trabalhos individuais de técnicos do organismo e das cartas de intenção³ entre o Fundo e os governos e das políticas de estabilização⁴ (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987:69).

O Fundo vê, nos déficits de pagamentos e na inflação, sintomas de uma economia desequilibrada devido a políticas econômicas que obstruem o livre-mercado. E será a partir desta visão que a instituição obrigará o país a ela submetido, a adotar sua política estabilizadora que irá atuar em quatro esferas a curto prazo:

1. Cambial – sua política cambial prevê a desvalorização da moeda nacional frente ao dólar de forma a alcançar um equilíbrio entre entradas e saídas de divisas para equilibrar o balanço de

² Argumentando que suas políticas se adaptam a realidade dos países a ela submetidos (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987:69).

³ São cartas onde o governo apresenta a situação atual de sua economia e suas intenções de modificá-la conforme os moldes do FMI, para conseguir deste um acordo de empréstimo.

⁴ Ao negociar um financiamento com um país, o Fundo exige a implementação de uma política econômica neoliberal, adotada como ideal pela instituição de maneira subjacente.

pagamentos e evitar as possíveis saídas de capital de curto prazo⁵. Além disso, insistirá na erradicação dos mecanismos de pagamentos de compras ou vendas que obstruam o sistema multilateral de pagamentos;

2. Monetário-creditícia – o Fundo associa a ampliação de crédito (crescimento da quantidade de dinheiro em circulação) ao aumento do nível de consumo (que elevaria a demanda pelos importados, pressionando o balanço de pagamentos). Assim, o controle através da diminuição do crédito e a elevação da taxa de juros, dificultariam a circulação monetária e os financiamentos desestimulando o consumo;

3. Fiscal – o FMI procura eliminar o déficit fiscal cortando as despesas governamentais (investimentos, subsídios, funcionalismo público, etc), estabelecendo um teto fiscal de déficit entre 2 e 3% do PIB aproximadamente, e exigindo um aumento nos impostos para aumentar a receita;

4. Salarial – Com o fim de diminuir a procura (que gera a inflação e a pressão no balanço de pagamentos), o Fundo ataca o salário do trabalhador, desvinculando a remuneração trabalhista da inflação, diminuindo o poder real de compra. Além disso, procura evitar gastos governamentais com direitos trabalhistas como a previdência social (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987:78-81).

A partir da década de 1980, com a crise da dívida externa de vários países e o calote do México em 1982, o Fundo adotou o conceito de “viabilidade da balança de pagamentos”. Essencialmente, este novo condicionamento exigiria que os países que contavam com seu auxílio orientassem suas políticas internas para atrair a entrada de capitais, conseguindo assim, viabilidade em seu balanço de pagamentos (já que a entrada de capitais conta como receita no balanço) até o ajustamento completo deste. Além disso, estes países deveriam aumentar suas receitas com a venda das estatais e aumento de impostos, além de economizar ainda mais com seus gastos de forma a arrecadar o máximo para o pagamento dos serviços (os juros) da dívida externa (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987:87).

Nesta terceira parte, serão confrontados os pensamentos de Furtado e do FMI diante de uma economia subdesenvolvida. Como a teoria furtadiana não foi totalmente aplicada em uma economia, ao contrário do Fundo que teve muitas experiências quanto à implantação de seu

instrumental teórico, só podemos confrontar o pensamento teórico.

Ao analisar a metodologia empregada por ambos, percebe-se uma grande diferença já que Furtado lança mão do método histórico, fazendo uma análise profunda não somente da atual situação da economia estudada, mas também de sua evolução histórica e social. O Fundo utiliza modelos e formulas prontas independente das realidades a serem aplicadas, como afirma Chossudovsky:

“O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores” (CHOSSUDOVSKY, 1999:28).

Num segundo momento, devido às diferenças entre as teorias, foram selecionadas algumas variáveis que necessitam ser consideradas dentro de uma análise econômica, a fim de hipoteticamente perceber a reação de cada pensamento econômico. As variáveis escolhidas para o confronto das variáveis inflação, oferta e demanda de produtos, investimentos, mercado interno e nível de emprego e de renda. Furtado lança seu primeiro olhar para o sistema produtivo e a situação do mercado interno: se utiliza da variável investimentos públicos e privados (dando preferência para os nacionais) que gerará empregos e renda, que por sua vez criará demanda por produtos, aumentando o mercado interno. O mercado interno robusto e o aumento da eficiência produtiva diminui a dependência econômica do país com relação aos acontecimentos exteriores. Para ele, a inflação precisa ser combatida a partir de sua raiz, o que exige um estudo profundo do problema que pode ter muitas origens como um gargalo na infraestrutura (que causa aumento nos preços), falta de planejamento das inversões (gerando pouco investimento para um setor com uma alta demanda e inversão exagerada em outro com menos procura), entre outros.

O FMI, por sua vez, analisaria em primeiro lugar a inflação, percebendo-a alta, coloca em curso os cortes nas quatro esferas mencionadas anteriormente: cambial, monetário-creditícia, fiscal e salarial. Quanto à reação frente às variáveis propostas, o Fundo iria cortar os empregos, as rendas e os investimentos públicos (pois considera que estes elementos aumentam a demanda pressionando os preços), ignoraria o mercado interno e procura dinamizar o comércio internacional. Assim, ao contrário de Furtado, as

⁵ Quando acontece uma grande retirada de capitais investidos na economia de um país para serem investidos em outro.

economias sob o jugo do Fundo se tornam recessivas e mais dependentes do mercado internacional.

É perceptível que, enquanto Furtado busca dinamizar e desenvolver uma dada economia, o Fundo não tem esta pretensão, mas apenas pretende estabilizá-la (Stiglitz, 2002:63), não somente no sentido de evitar que os déficits continuem aumentando, mas principalmente, para que esta consiga os *superávits* (arrecadação maior que a despesa).

Diante desta constatação, é interessante ir um pouco mais a fundo para entender a posição do Fundo. Ao perceber que os efeitos da teoria “fundomonetarista” pioram a situação de subdesenvolvimento de um país tanto no confronto teórico como no resultado prático, concluímos que o Fundo é um instrumento utilizado pelos países ricos para submeter as economias em desenvolvimento e os mais pobres. O que afirmamos na apresentação do funcionamento do FMI tem base em Lichtensztein e Baer (1987), Chossudovsky (1999) e Stiglitz (2002).

O FMI tem em sua alta hierarquia, principalmente representantes dos países ricos, que detêm mais poder dentro do Fundo do que qualquer outro grupo de países. Isto significa que o órgão tem suas decisões voltadas segundo a visão e, portanto, os próprios objetivos destes países.

Lichtensztein e Baer (1987) e Chossudovsky (1999), apontam a parceria do Fundo com os grandes bancos internacionais (CHOSSUDOVSKY, 1999:19). Assim, além de auxiliar na cobrança (LICHTENSZTEJN E BAER, 1987:136) da dívida externa (que em parte é devida aos banqueiros) através da criação de *superávits* (economizando nos investimentos no país, na educação e saúde, no funcionalismo público, nos subsídios que auxiliam a população ou as partes mais vulneráveis desta, da privatização de estatais, entre outros) que servirão para pagar os serviços da dívida, previstos em seu programa de estabilização, o Fundo também se torna um termômetro para saber se um determinado país está apto a receber empréstimos, se haverá menor ou maior risco aos credores. Isto porque um país que segue a cartilha do FMI, tenderá a manter baixos o risco de calotes. Por isso mesmo, o fundo criou uma “lista negra” dos países que não adotam sua política ou que deixaram de segui-la (CHOSSUDOVSKY, 1999:28).

Ao perceber o Fundo como uma instituição influenciada pelas grandes potências e pelos grandes bancos internacionais torna-se mais fácil

compreender que a imposição de suas políticas econômicas não se resume apenas a estabilização econômica, mas principalmente, serve para “viabilizar” o país ao pagamento da dívida. Isto significa que não é o desenvolvimento do país submetido ao FMI não está em seus objetivos, o que já faz com que o confronto com o pensamento furtadiano acabe por ser conflituoso. São pensamentos econômicos com direções e objetivos diferentes.

Ao findar a nossa discussão, é importante ressaltar que não somente para os autores citados neste trabalho, a política de estabilização padronizada (Stiglitz, 2002:63) do Fundo não ajuda a economia de um país. Chossudovsky citou em seu livro um trecho de relatório do FMI de 1990, reconhecendo que seus programas não atingiram os resultados pretendidos, e pior, acabaram tendo efeito contrário com uma inflação crescente e um declínio no crescimento:

Embora tenham sido feitos vários estudos sobre o assunto na década passada, não se pode dizer com certeza se os programas ‘funcionaram’ ou não (...) Tomando por base os estudos existentes, certamente não se pode afirmar que a adoção dos programas patrocinados pelo Fundo levou a uma melhora no desempenho da inflação e do crescimento. De fato, descobre-se com frequência que os programas estão associados a um aumento da inflação e a uma queda na taxa do crescimento (KHAN apud CHOSSUDOVSKY, 1999:60).

Conclusão

No segundo pós-guerra, ainda na década de 1940, duas instituições econômicas foram criadas com o fim de auxiliar a economia internacional: o FMI (1944) de maneira global, e a CEPAL (América Latina e, posteriormente, o Caribe) (1948), a nível regional. Estes tomaram direções distintas quanto à linha econômica que seguiram. Enquanto o FMI seguiu o caminho da ortodoxia liberal, a CEPAL assumiu o desenvolvimentismo como sua linha de pensamento, comandados por Prebisch e Celso Furtado.

O Fundo, criado, entre outros fins, para ajudar no processo de estabilização econômica de seus países-membros, se utiliza como principal meio o financiamento condicionado a uma impositiva política econômica conhecida como “política de estabilização”. Essas políticas impostas aos países que recorrem ao seu auxílio financeiro são

obrigados a adotar uma cartilha liberal neoliberal (após os anos de 1980 até os dias de hoje). Esta se dá por meio da elevação do *superávit* do balanço de pagamentos e da redução da inflação por meio de medidas recessivas e impopulares que visam a diminuição do poder estatal, através da redução de suas atribuições e de seus investimentos, das demissões e congelamento de salários do funcionalismo público, a privatização de empresas estatais, além de aumento dos impostos e uma política de desvalorização da renda do trabalhador, entre outras coisas. Essas políticas “têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento” (CHOSSUDOVSKY, 1999:26), além de aumentar a tendência à concentração e internacionalização do capital das economias nacionais (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987), levando as economias submissas à miséria.

Por outro lado na CEPAL, Celso Furtado estuda o subdesenvolvimento dos países da América Latina buscando soluções para esse problema. Uma de suas constatações é que o subdesenvolvimento não é um estágio obrigatório para o desenvolvimento, ao contrário, é um produto da desigualdade entre os países periféricos com os países ricos do centro. O economista tem por base de seu trabalho um ciclo macroeconômico desenvolvimentista através do aumento e diversificação da capacidade produtiva através da acumulação e dos investimentos, além do crescimento da renda e do consumo do trabalhador.

Embora o desenvolvimentismo furtadiano tenha suas fragilidades como se basear na idéia de que o capitalismo prioriza o pleno emprego, como queria Keynes, quando na verdade o alvo é apenas o lucro (MEGHNAD, 2003), essa teoria seria a melhor opção para os países subdesenvolvidos frente ao FMI.

Já a proposta de estabilização do Fundo acaba por neoliberalizar a economia, ou seja, diminui o Estado, fragiliza a economia, o mercado interno e os programas sociais, deixando-a à mercê dos países industrializados, dos grandes banqueiros internacionais, das multinacionais e dos grandes investidores todos ávidos por novas oportunidades de lucros. Essa situação se torna facilmente compreendida à luz da seguinte afirmação: o FMI é controlado pelos países industrializados liderados pelos EUA (STIGLITZ, 2002). Essa situação descortina a verdade da “estabilização fundomonetarista” que não tem de auxiliar uma economia com o fim de ajudar no desenvolvimento econômico, ao contrário, age a serviço dos países ricos, e por conseguinte, dos grandes capitalistas, tanto no processo de fragilização da economia

como na abertura da mesma, além de subjugar e desmontar a máquina estatal, inclusive privatizando as empresas públicas e cortando os investimentos estruturais a fim de “viabilizar” o pagamento das dívidas junto aos credores internacionais.

Referências

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O método e paixão em Celso Furtado. FGV, 2001. Disponível em <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1885/TD105.pdf;jsessionid=B0483162ADCEE01FAA65DE639640F273?sequence=1>>. Acesso: 15-julho de 2010.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999. 320 p.
- FMI.Quotas. Disponível em <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/quotas.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2011.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961. 272 p.
- FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980. 161 p.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 1ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979. 343 p.
- LICHTENSTEJN, Samuel; BAER, Monica. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – estratégias e políticas do poder financeiro. Tradução: Nathan Giraldi. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 240 p.
- STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. Tradução: Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2002. 327 p.
- SZMRECSANYI, Tamás. Celso Furtado. Revista Estudos Avançados IEA-USP [online]. vol.15, n.43, p. 347-362, Set.-dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300025>. Acesso: 10 dez. 2010.